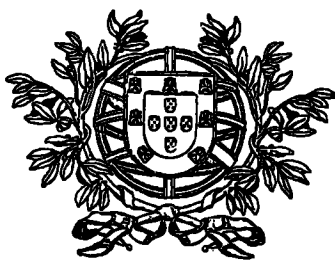


DIÁRIO DO



GOVÊRNO

A correspondência oficial da capital e das províncias, *franca de porta*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberam na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18,000
Ditas por semestre 10,000
Anúncios, por linha 60
Comunicações e correspondências, por linha 60
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*.

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar a publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

AVISO

Relação dos sub-depositários da Livraria Ferreira, Limitada, aos quais incumbe a obrigação de vender ao público os livros e impressos da Imprensa Nacional, constantes dos respectivos catálogos e números avulsos do «*Diário do Governo*»:

Aveiro — Bernardo de Sousa Tóres.
Beja — António Joaquim Manita.
Braga — Cruz & C.^a
Bragança — Francisco Patrocínio Felgueiras.
Castelo Branco — Joaquim Lúcio Peleção.
Coimbra — João Rodrigues de Moura Marques.
Évora — Joaquim da Silva Nazaré.
Faro — Miguel Neves & Comandita.
Guarda — António Joaquim de Carvalho.
Leiria — Joaquim Santos da Costa.
Portalegre — Bartolomeu da Guerra Conde.
Pórtico — Magalhães & Moniz.
Santarém — Joaquim de Oliveira Baptista.
Viana do Castelo — Eliseu Gonçalves Presa.
Vila Real — Joaquim Rebelo de Araújo.
Viseu — Joaquim Franco.
Angra do Heroísmo — Francisco Lourenço da Silva.
Funchal — Polónia & C.^a
Horta — Manuel Emídio Gonçalves.
Ponta Delgada — Fortunato Soares de Melo.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.
Portarias de 13 de Fevereiro, mandando proceder a uma sindicância aos serviços do Conservatório de Lisboa, exonerando o respectivo director interino e provendo provisoriamente o referido cargo.
Alvará de 23 de Março de 1911, concedendo licença para a instalação duma oficina pirotécnica no concelho de Melgaço.
Portarias de 14 de Fevereiro, autorizando as Confrarias do Santíssimo, das Almas e de S. Bento, todas da freguesia de Santo Emeliano, a applicarem parte dos respectivos fundos à reforma dos seus estatutos.
Despachos pela Direcção Geral da Assistência, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos pela Direcção Geral das Alfândegas, sobre movimento de pessoal.
Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

Arrematações (Folha n.º 18, apenas ao *Diário* de hoje):

Lista n.º 31.962.—No dia 13 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Évora.—Foros pertencentes à Câmara Municipal de Reguengos, impostos em prédios situados nos concelhos do Alandroal e Reguengos.
Lista n.º 31.963.—No dia 14 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Évora.—Foros pertencentes à Câmara Municipal de Reguengos, impostos em prédios situados na freguesia da Caridade, concelho de Reguengos.
Lista n.º 31.964.—No dia 14 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Évora.—Foros pertencentes à Câmara Municipal do concelho de Reguengos, impostos em bens situados no dito concelho.
Lista n.º 31.965.—No dia 14 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Faro.—Foros pertencentes à Câmara Municipal de Faro, impostos em bens situados no mesmo concelho.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Aviso sobre liquidação de espólios.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Nova publicação, rectificada, da relação do pessoal técnico do corpo de engenharia civil e seus auxiliares referida a 1 de Janeiro de 1913.
Notificação de registos de marcas internacionais.
Rectificações à lista de pedidos de registos de marcas industriais publicada no *Diário* n.º 187, de 1912.
Relação de pedidos de registo de nomes industriais.
Despachos pela Direcção Geral do Comércio e Indústria, sobre movimento de pessoal.
Despachos pela Direcção Geral da Agricultura, sobre movimento de pessoal.
Nova publicação, rectificada, da portaria de 11 Outubro de 1912, que regularizou a situação de dois regentes agrícolas em serviço na Escola Prática de Agricultura de Santarém.
Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Castro Verde, em Dezembro de 1912.
Aviso acerca das provas para exame oral dum primeiro aspirante do quadro dos telegrafos.
Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.
Despacho elevando à categoria de estação postal a caixa de correio do lugar da Senhora da Hora.
Decreto de 8 de Fevereiro, transferindo uma verba dentro do orçamento da despesa do Ministério do Fomento.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Lei de 1 de Fevereiro, autorizando a concessão de licenças para ocupação de terrenos na Ilha de S. Vicente de Cabo Verde, destinados a depósitos de carvão.
Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados:

Propostas de lei sobre reorganização dos serviços de pilotagem, dos departamentos marítimos e capitánias e do pórtico de Leixões.
Projecto de lei sobre isenção de direitos para o material destinado à instalação da luz eléctrica na cidade de Faro.
Bases para a reforma do sistema prisional.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal de Justiça, tabela dos feitos que não-de ser julgados na sessão de 18 de Fevereiro.
Tribunal Superior do Contencioso Fiscal, acórdãos n.ºs 3:326, 3:339 e 3:356.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, editos para averbamento de títulos e levantamento de depósitos.
Administração do concelho de Poiares, editos acerca da gerência de várias corporações.
Administração do concelho de Reguengos, edital acerca da gerência da Confraria do Santíssimo de Monsarás de 1904-1905 a 1910-1911.
Juízo de direito da comarca de Lamego, editos para citação de refractários.
Juízo de direito da comarca de Vimioso, editos para expropriações de terrenos.
Montepio Oficial, aviso para assembleia geral em 22 de Fevereiro; editos para habilitações de pensionistas.
Colégio das Missões Ultramarinas, anúncio para venda dum prédio situado na cidade de Leiria.
Escola de Medicina Veterinária, anúncio e programa de concurso para provimento de três lugares de professor.
Bolsa de Lisboa, nota de títulos admitidos à cotação.
Mercado Central de Produtos Agrícolas, anúncio sobre requisições de centeio.
Candelaria Nacional, anúncio para venda de pinheiros.
Caminhos de Ferro do Estado, anúncio para venda do vapor n.º 1; aviso acerca da transferência do concurso para arrematações de bufetes.
Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.
Capitania do pórtico de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 48 —Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Pórtico, em 12 de Fevereiro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Instrução Primária

2.ª Repartição

Por despacho de 8 de Fevereiro corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 12.

José de Carvalho, professor primário da escola de Campanhã, da cidade do Pórtico — nomeado professor interino da Escola Normal da mesma cidade.

Direcção Geral de Instrução Primária, em 14 de Fevereiro de 1913. — Pelo Director Geral, *João Augusto Caldeira Rebêlo*.

3.ª Repartição

Por alvará de 28 de Janeiro último, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 12 do corrente mês, foram nomeados professores interinos os seguintes indivíduos:

Jacinto da Mota Frazão — para a escola do sexo masculino de Lomba da Maia, concelho da Ribeira Grande, círculo escolar de Ponta Delgada.
João Jacinto Armas do Amaral — para a escola da freguesia de Vila Nova, concelho da Praia da Vitória, círculo escolar de Angra do Heroísmo.
José Alves da Silva — para a escola da Povoação da Ribeira de Areia, freguesia de Nossa Senhora das Neves, do Norte Grande, concelho das Velas, Ilha de S. Jorge, círculo escolar de Angra do Heroísmo.
Albertina Olinda de Paiva Rua — para a escola do sexo feminino de Carnide, círculo escolar ocidental da cidade de Lisboa.
Clotilde da Costa Marçal — para a escola do sexo feminino da sede do concelho de Sardoal, círculo escolar de Abrantes.
Maria de Freitas Mendonça — para a escola do sexo feminino de Fajã Grande, concelho das Lajes das Flores, círculo escolar da Horta.

Por despacho de 17 de Janeiro último, com o visto de 1 do corrente mês:

Joaquim Lourenço de Campos, professor da escola de Vale de Cavalos, concelho da Chamusca, e João de

Castro Freire de Andrade, da escola da sede do mesmo concelho da Chamusca, círculo escolar de Tóres Novas — transferidos, reciprocamente, com a condição de ficar sem efeito essa transferência se não tomarem posse das escolas permutadas, no prazo de dois dias.

Por despacho de 28 de Janeiro último, com o visto de 6 do corrente mês:

Clara S. João Caldeirinha, diplomada pela escola de Castelo Branco, com a classificação de bom, 16 valores, professora da escola para o sexo masculino de Torre de Vale de Todos, concelho de Ancão — transferida, procedendo concurso, para a escola do sexo feminino do lugar e freguesia de Santa Margarida da Coutada, concelho de Constância, círculo escolar de Abrantes.

Por despacho de 14 do corrente mês:

Elvira dos Anjos Palma e Costa, monitora da escola n.º 48, Bemfica, círculo escolar ocidental da cidade de Lisboa — licença de trinta dias, por motivo de doença, conforme o parecer da junta médica.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 14 de Fevereiro de 1913. — Pelo Director Geral, *João Augusto Caldeira Rebêlo*.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

3.ª Repartição

Sendo conveniente proceder a uma sindicância aos serviços do Conservatório de Lisboa, principalmente no que diz respeito à disciplina e forma como tem sido ali ministrado o respectivo ensino: manda o Governo da República Portuguesa que seja levada a efeito a referida sindicância e encarregado de a realizar o professor do Liceu Central de Passos Manuel, Joaquim da Assunção Pereira e Silva.

Paços do Governo da República, em 13 de Fevereiro de 1913. — O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

Tendo sido determinada uma sindicância aos serviços do Conservatório de Lisboa, principalmente no que diz respeito à disciplina e à forma como tem sido ali ministrado o respectivo ensino: manda o Governo da República Portuguesa que o professor Francisco Bala seja exonerado do cargo de director interino do referido estabelecimento de ensino e nomeado provisoriamente para esse lugar o respectivo professor da 1.ª classe, Alexandre de Sousa Moniz Bettencourt.

Paços do Governo da República, em 13 de Fevereiro de 1913. — O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

Direcção Geral de Saúde

Alvará de licença n.º 105

Faço saber, como Presidente do Governo Provisório, aos que este alvará de licença virem, que, atendendo ao que foi representado por Augusto Cândido Gonçalves, do lugar de Quintas, freguesia de Chaviães, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo, pedindo licença para estabelecer uma oficina para confecção de fogos de artifício, no sítio do Moinho de Vento, limites do referido lugar:

Vista a lei de 24 de Maio de 1902 e o decreto regulamentar de 24 de Dezembro de 1902;

Visto o parecer da comissão dos explosivos; Considerando estarem preenchidas todas as formalidades que as leis exigem:

Hei por bem conceder ao dito Augusto Cândido Gonçalves a licença para a instalação duma oficina pirotécnica, nos termos do artigo 11.º do mencionado regulamento, no sítio do Moinho de Vento, limites do lugar de Quintas, freguesia de Chaviães, concelho de Melgaço, distrito de Viana do Castelo, ficando o concessionário obrigado ao disposto nos citados diplomas e mais às seguintes condições gerais e especiais:

1.ª Entrar na Caixa Geral de Depósitos, no prazo de trinta dias, a contar da data deste alvará, com a quantia de 50,000 réis, importância da caução definitiva arbitrada.

2.ª A oficina terá dois compartimentos separados por uma parede com guarda fogo, sem comunicação, e o depósito ficará distanciado 60 metros da oficina, não podendo conter mais de 2 quilogramas de dinamite;

3.ª Só poderá começar a laborar e funcionar depois de ter permissão dada por escrito pelo administrador do concelho ou bairro, precedendo auto de vistoria feita pelo

inspector de serviço de artilharia ou por delegado seu, a requerimento do interessado.

4.ª Não efectuar a cessão ou transforência sem prévia autorização do Governo.

5.ª Aceitar a visita ordinária e extraordinária do oficial de artilharia inspector ou do seu delegado e bom assim a do engenheiro chefe da circunscrição dos serviços técnicos da indústria, permitindo-lhe que examine as condições de instalação, verifique a produção da fábrica e proceda às pesquisas que lhe forem superiormente ordenadas.

6.ª Não efectuar trabalho nocturno.

Pelo que mando às autoridades, tribunais, funcionários e mais pessoas, a quem o conhecimento d'este alvará competir, que o cumpram e guardem e o façam cumprir e guardar tam inteiramente como neste se contém. Não paguei direitos de mercê por os não dever.

E, por firmeza do que dito é, lhe mandei passar o presente alvará, o qual vai por mim assinado e selado com o selo da República Portuguesa e com o de verba.

Dado nos Paços do Governo da República, em 23 de Março de 1911.—*Joaquim Teófilo Braga*—*António José de Almeida*.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Atendendo ao que expôs a Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Santo Emelião, concelho da Póvoa de Lanhoso:

Vistas as informações oficiais:

Manda o Governo da República Portuguesa que ela seja autorizada a levantar do seu fundo a quantia de 6 escudos e 75 centavos, para a aplicar na reforma dos seus estatutos.

Paços do Governo da República, em 14 de Fevereiro de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

Atendendo ao que representou a Confraria das Almas da freguesia de Santo Emelião, concelho de Póvoa de Lanhoso.

Vistas as informações oficiais:

Manda o Governo da República Portuguesa que a mesma Confraria seja autorizada a levantar do seu fundo a quantia de 37 escudos e 44 centavos, para pagamento das despesas com a reforma dos seus estatutos.

Paços do Governo da República, em 14 de Fevereiro de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

Atendendo ao que representou a Confraria de S. Bento da freguesia de Santo Emelião, concelho da Póvoa de Lanhoso.

Vistas as informações oficiais:

Manda o Governo da República Portuguesa que a referida Confraria seja autorizada a levantar dos seus fundos a quantia de 39 escudos e 70 centavos, a fim de a aplicar na reforma dos seus estatutos.

Paços do Governo da República, em 14 de Fevereiro de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

2.ª Repartição

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Fevereiro 14

Joaquim de Sousa Alves, amanuense da Direcção Geral da Assistência, em comissão na Provedoria Central da Assistência—licença de sessenta dias, por motivo de doença. (Fica obrigado ao pagamento dos emolumentos e adicionais respectivos, nos termos do decreto de 16 de Junho de 1911).

Direcção Geral de Assistência, em 14 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Augusto Barreto*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas seguintes datas

Fevereiro 1

António da Costa Araújo—nomeado amanuense de 2.ª classe da Secretaria da Procuradoria da República junto da Relação do Porto. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 13 do corrente).

Fevereiro 13

Bacharel José Freire de Novais—aprovado para ajudante do conservador do registo predial em Coimbra. António de Moraes Soares—aprovado para ajudante do conservador do registo predial em Chaves.

Fevereiro 14

Raúl Alves Moreira—nomeado ajudante do notário int-rino de Penela, Raúl Antero Correia.

Licenças de que foram pagos os emolumentos:

Fevereiro 8

Bacharel Manuel Inácio de Amorim Novais Leite, conservador do registo predial em Vila Verde—sessenta dias.

Fevereiro 12

Bacharel António José Vieira, conservador do registo predial em Anália—trinta dias.

Fevereiro 14

Bacharel Adriano Maria Cerqueira Machado, juiz de direito em Valença—autorizado a gozar nove dias de licença anterior.

Bacharel Luís Augusto de Freitas, conservador do registo predial em Tabuaço—autorizado a gozar vinte e tres dias de licença anterior.

Bacharel Francisco Botelho Correia Machado, conservador do registo predial em Vila Pouca de Aguiar—autorizado a gozar quinze dias de licença anterior.

Declara-se que o nome do notário da comarca de Ovar é João Evangelista de Quadros Sá Pereira de Melo, e não como saiu publicado no *Diário do Governo* de 6 do corrente. Outrossim se declara que o nome do escrivão do quarto officio da comarca de Loulé é Joaquim Cândido da Franca Lial, e não como saiu publicado no *Diário do Governo* de 11 do corrente.

Direcção Geral da Justiça, em 14 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

1.ª Repartição

Por despacho de 12 de Fevereiro de 1913, sobre parecer do Conselho desta Direcção Geral:

Autorizada a troca de colocações entre os chefes de serviço do quadro geral aduaneiro, José Vitorino Damásio Ribeiro, pertencente ao quadro da Alfândega do Porto, e Artur Xavier Lopes da Silva, que, por despacho de 27 de Janeiro último, foi colocado na Alfândega de Lisboa.

Direcção Geral das Alfândegas, em 14 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Manuel dos Santos*.

Conselho Superior da Administração Financeira do Estado

Secretaria Geral

2.ª Repartição

2.ª Secção

Nos termos do Regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 1:888.—Relator o Ex.º Vogal Pais de Figueiredo.—Responsável César Joaquim de Oliveira Pegado, na qualidade de tesoureiro geral do Estado da Índia, desde 1 de Março de 1905 até 30 de Junho de 1906, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Dinheiro	50:512\$616
Papéis de crédito	12:498\$977
Valores selados	244:438\$229
Total—Réis	307:449\$822

que passou a débito da conta da Caixa Filial do Banco Nacional Ultramarino em Nova Goa.

Processo n.º 1:892.—Relator o Ex.º Vogal Pais de Figueiredo.—Responsável António José de Carvalho, na qualidade de recebedor do concelho de S. Nicolau (Cabo Verde), desde 1 de Julho de 1903 até 30 de Junho de 1904, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança	13:494\$993
Valores selados	1:891\$864
Em dinheiro	16:856\$534
Total—Réis	32:243\$391

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:897.—Relator o Ex.º Vogal Pais de Figueiredo.—Responsável Joaquim José Ribeiro, na qualidade de administrador da farmácia do Hospital Militar e Civil de S. Tomé, desde 1 Setembro de 1904 até 21 de Outubro de 1905, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo em medicamentos de 3:941\$696 réis, que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:921.—Relator o Ex.º Vogal Dr. Aresta Branco.—Responsável Manuel da Silva Dias, na qualidade de recebedor do concelho de Mossamedes, desde 1 de Julho de 1900 até 30 de Junho de 1902, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança	30:265\$004
Impressos	457\$753
Valores selados	19:803\$331
Dinheiro—compreendendo 4:896\$802 réis em letras alfandegárias o 82:262\$437 réis em documentos de despesa	110:412\$475
Total—Réis	160:938\$563

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:926.—Relator o Ex.º Vogal Cupertino Ribeiro.—Responsável João José Vieira Barbosa, na qualidade de chefe e tesoureiro da delegação aduaneira de Bissau, desde 1 de Julho de 1909 até 30 de Junho de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, sem saldo.

Processo n.º 1:927.—Relator o Ex.º Vogal Nunes da Mata.—Responsável Rodrigo Augusto de Oliveira, na qualidade de tesoureiro da Alfândega da Guiné, desde 4 de Fevereiro até 30 de Junho de 1903, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, sem saldo.

Processo n.º 1:930.—Relator o Ex.º Vogal Aresta Branco.—Responsável João dos Santos Duarte, na qualidade de administrador da farmácia do Hospital Militar e Civil de S. Tomé, desde 1 de Junho de 1907 até 30 de Junho de 1908, foi julgado quite por acórdão definitivo de 8 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo em medicamentos de 6:209\$014 réis, que passou a débito da conta imediata.

Está conforme.—2.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 10 de Fevereiro de 1913.—*António Guilherme de Araújo*, chefe de secção.

Verifiquei a exactidão.—*Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.

Processo n.º 1:931.

Relator o Ex.º Vogal Pinto de Magalhães

Nos termos do regimento e para os efeitos legais, publicam-se, por extracto, os seguintes ajustamentos das contas dos directores do Hospital Militar e Civil de S. Vicente (provincia do Cabo Verde), julgadas por acórdão definitivo de quitação de 8 de Fevereiro de 1913, encerradas sem saldos.

Responsável Joaquim Peres, desde 20 de Abril até 30 de Junho de 1905, sendo a importância do débito igual à do crédito.

Responsável Joaquim da Costa Martins, desde 1 até 31 de Julho de 1905, sendo a importância do débito igual à do crédito.

Responsável Joaquim Peres, desde 1 de Agosto de 1905 até 15 de Junho de 1906, sendo a importância do débito igual à do crédito.

Responsável Zeferino Xavier Lobo, desde 16 de Junho de 1906 até 10 de Fevereiro de 1807, sendo a importância do débito igual à do crédito.

Está conforme.—2.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 10 de Fevereiro de 1913.—*António Guilherme de Araújo*, chefe de secção.

Verifiquei a exactidão.—*Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe de repartição.

Processo n.º 1:928

Relator o Ex.º Vogal Pais de Figueiredo

Nos termos do regimento, e para os efeitos legais, publicam-se, por extracto, os seguintes ajustamentos das contas dos directores interinos do Hospital Militar e Civil de Bolama, julgadas por acórdão definitivo de quitação de 8 de Fevereiro de 1913, encerradas sem saldo:

Responsável Zeferino Xavier Lobo, desde 1 de Julho até 26 de Agosto de 1905, sendo a importância do débito igual à do crédito.

Responsável Alfredo Vieira, desde 27 de Agosto de 1905 até 25 de Janeiro de 1906, sendo a importância do débito igual à do crédito.

Está conforme.—2.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 10 de Fevereiro de 1913.—*António Guilherme de Araújo*, chefe de secção.

Verifiquei a exactidão.—*Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire*, chefe da repartição.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Tornando-se indispensável reforçar no presente ano económico a dotação para pagamento a operários e serventes das escolas industriais, de desenho industrial e elementares de comércio e havendo disponibilidades nas verbas destinadas aos vencimentos do pessoal do quadro das mesmas escolas: hei por bem, sob proposta do Ministro do Fomento e nos termos do n.º 5.º do artigo 25.º da lei de 9 de Setembro de 1908, decretar que seja transferida do artigo 55.º para o artigo 62.º, capítulo 4.º, do orçamento da despesa do Ministério do Fomento, a quantia de 3.000 escudos.

Os Ministros de todas as repartições assim o tenham entendido o façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 8 de Fevereiro de 1913.—*Manuel de Azevedo*—*Afonso Costa*—*Rodrigo José Rodrigues*—*Alvaro de Castro*—*João Pereira Bastos*—*José de Freitas Ribeiro*—*António Cuetano Macieira Júnior*—*António Maria da Silva*—*Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro*.

(Registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública).